



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

e-DOC 3C86CC0B

Proc 7831/2007

Fl.: 1256

Proc.: 7.831/07

Rubrica

Informação n.º: 194/2017-SECONT/2ª DICONT

Brasília (DF), 27 de novembro de 2017.

Processo n.º: 7.831/2007 (7 volumes).

Aposos n.ºs 121.000.181/2006 (4 volumes).

Jurisdicionada: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.

Assunto: Prestação de Contas Anual - PCA.

Ementa: Prestação de contas do Contrato de Gestão nº 22/2004, celebrado entre o Instituto Candango de Solidariedade – ICS e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN (atual Companhia de Planejamento do Distrito Federal). Decisão nº 1296/2008. Citação. Decisão nº 7955/2009. Defesas improcedentes. Recursos de reconsideração. Decisão nº 2328/2010. Conhecimento dos recursos de Reconsideração. Novos Recursos de Reconsideração e Embargos de Declaração. Decisão nº 5264/2010. Conhecimento dos Recursos de Reconsideração e não provimento dos Embargos de Declaração. Recurso. Decisão nº 432/2011. Conhecimento do recurso interposto. Novos Recursos interpostos. Decisão nº 1029/2011. Conhecimento dos recursos. Novos Recursos interpostos. Decisão nº 5217/2011. Conhecimento dos recursos. Decisão nº 5330/2012. Negativa de provimento aos recursos. Novo Recurso de Reconsideração e Embargos de Declaração interpostos. Decisão nº 5180/2014. Conhecimento do Recurso de Reconsideração e rejeição dos Embargos de Declaração. Análise. Pelas sugestões indicadas.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da prestação de contas do Contrato de Gestão nº 22/2004, celebrado entre a então Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS, que teve por objeto a execução de serviços de parcerias para fomento e execução de atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e institucional.

2. Por meio da Decisão nº 7955/2009 (fl. 485), a Corte assim deliberou:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das citações e das alegações de defesa apresentadas em atendimento aos termos da Decisão nº 1296/2008; II - considerar revéis os Senhores Ricardo Lima Espíndola e Paulo César de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

Araújo Gonçalves e as Senhoras Eloá Alves da Conceição Carneiro e Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel, nos termos do § 3º do art. 13 da LC nº 1/1994, dando prosseguimento ao processo; III – considerar improcedentes as alegações de defesa apresentadas pela Senhoras Eunice Ferreira dos Santos Miotto, Dirlene Fiel dos Santos Souza e Mariana Trindade Altoé e pelos Senhores Adilson W. Raposo Junior, Benjamin S. de J. Roriz, José Vital de Araújo Fagundes, Edimar Pireneus Cardoso, João Ignácio Perius, Lázaro Severo Rocha, Manoel Pereira de Lucena, Emílio Carlos Vitali, Durval Barbosa Rodrigues, Carlos Eduardo Bastos Nonô, Carlos José de Oliveira Michiles, Vagner Gonçalves Benck de Jesus, Cristiano Machado Roriz, João Medeiros de Sousa, José Mariano, Gleno Rossi e Gerson Fernando dos Santos Pinto; IV – em consequência, nos termos do § 1º do art. 13 da LC nº 01/1994, cientificar os responsáveis solidários indicados no item III, anterior, da rejeição de suas alegações de defesa para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem a importância devida, que, monetariamente atualizada, equivale a R\$ 48.251.690,01 – (SINDEC – 2009), acrescida das multas individuais a que se refere o item V, seguinte, ofertando, igualmente, aos responsáveis indicados no item II, acima, também solidários quanto ao débito retrocitado, idêntico prazo para o recolhimento das importâncias devidas e da multa; V – aplicar, individualmente, aos responsáveis nomenados nos itens II e III as multas previstas no art. 57, II e III, da LC nº 1/1994, nos termos do acórdão apresentado pelo relator; VI – autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as devidas providências. (...)

(grifamos)

3. Na última assentada, a Corte, por meio da Decisão nº 5180/2014 (fl. 1248), assim deliberou:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – com fundamento no artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 1/1994 e artigos 188, inciso I, alínea a, e 189 do Regimento Interno do TCDF, conhecer do recurso de fls. 1159/1172, e anexos de fls. 1173/1210, interposto pela Senhora Eunice Ferreira dos Santos Miotto, como se fosse recurso de reconsideração em face da Decisão nº 7955/2009 e do Acórdão nº 251/2009, relevando a intempestividade apontada nos autos em homenagem aos princípios da verdade real, da ampla defesa e do contraditório e do formalismo moderado e atribuindo-lhe efeito suspensivo em face das referidas deliberações; II – conhecer dos embargos de declaração de fls. 1217/1227, opostos pelo senhor João Medeiros de Sousa em face da Decisão nº 5330/2012, para, no mérito, rejeitá-los em face da inexistência das omissões e da contradição alegadas; III – dar ciência desta deliberação à recorrente indicada no item I, informando-lhe que o recurso de reconsideração ainda carece de exame de mérito; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as devidas providências. (...)

4. Dessa forma, nessa fase processual, analisaremos o recurso de reconsideração interposto pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 1159/1172 e anexos de fls. 1173/1210).



ANÁLISE DE RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Recurso da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 1159/1172 e anexos de fls. 1173/1210)

Preliminares

Argumentos

5. Preliminarmente a recorrente trouxe à baila informações do Processo nº 39.510/2006, que tratou da prestação de contas do Contrato de Gestão nº 01/01, celebrado entre a antiga Secretaria de Estado de Solidariedade – SESOL e o ICS, referente ao exercício de 2004 (fls. 1160/1163).

6. Informou que, conforme Decisão nº 5359/2011 (Processo nº 39.510/2006), o Tribunal deu provimento a seu recurso, isentando-a da responsabilidade que lhe foi atribuída, no curso daquele Processo, tendo em vista não ter sido comprovada sua participação direta, como 2ª Vice-Presidente, nos atos que deram causa aos prejuízos decorrentes da execução do Contrato de Gestão nº 01/01 (fls. 1160/1161).

7. Colacionou o voto da Conselheira Anilcéia Machado, por meio do qual deu provimento ao recurso interposto, uma vez não ter sido demonstrada a participação da recorrente como substituta do então Presidente do ICS (fls. 1161/1163).

8. Alegou que os mesmos fatos se aplicam a este Processo, pois na ocasião da execução do Contrato de Gestão nº 22/2004, que se deu no período de 10.11.04 a 20.12.04, estava ocupando o cargo de 2ª Vice-Presidente e não restou demonstrado nos presentes autos sua participação direta, atuando como substituta do então Presidente e 1ª Vice-Presidente (fls. 1163/1168).

Análise

9. São pertinentes as alegações apresentadas pela recorrente.

10. Verifica-se no bojo do Processo nº 39.510/2006, que, por meio da Decisão nº 5359/2011, o Tribunal, isentou a Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto da responsabilidade a ela atribuída no Contrato de Gestão nº 01/01, tendo por base o voto da Conselheira Anilcéia Machado.

DECISÃO Nº 5359/2011

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento da Informação nº 111/11; II - dar provimento ao Recurso de Reconsideração de fls. 216/230, a fim de isentar a recorrente da responsabilidade a ela atribuída, nos termos da Decisão nº 6.015/10 e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

do Acórdão nº 225/10, excluindo o nome da Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto dos termos do referido acórdão; III - dar ciência à Recorrente do teor desta decisão; IV - autorizar, com fundamento no art. 26 da Lei Complementar nº 1/94, a notificação dos demais responsáveis nominados no § 25 da Informação nº 111/11, com exceção da recorrente, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento do débito apurado nos autos (R\$ 10.338.086,95, atualizado até 31.05.11 - fls. 278); V - autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para as providências cabíveis. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar no processo, por força do art. 134, inciso II, do CPC.

11. No mesmo sentir, foram prolatadas as Decisões nºs 303/2012 e 1431/2012 (respectivamente Processos nºs 7459/07 e 7467/07), por meio das quais a Corte também afastou a responsabilidade da recorrente.

DECISÃO Nº 303/2012

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) da Informação nº 56/2011-FT (fls. 733/806); b) do Parecer nº 1.575/2011-DA (fls. 808/828); II. considerar, no mérito: a) procedente o recurso apresentado pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto, excluindo a recorrente das penalidades contidas na Decisão nº 6.327/10 e no Acórdão nº 241/10, aproveitando os argumentos para excluir do rol de apenados o Sr. Emílio Carlos Vitali; b) improcedentes os Recursos de Reconsideração apresentados pelos Srs. Gleno Rossi, José Mariano, Paulo César Gonçalves e José Vital de Araújo Fagundes, mantendo inalteradas as penalidades previstas na Decisão nº 6.327/10 e no Acórdão nº 241/10; III. com fulcro no art. 26 da Lei Complementar nº 01/94, determinar a notificação dos responsáveis indicados a seguir para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem o débito solidário e o valor das multas consignadas na Decisão nº 6.327/07 e no Acórdão nº 241/10, atinente ao Contrato de Gestão nº 07/04, o qual deverá ser atualizado por ocasião do recolhimento, consoante previsto na Lei Complementar nº 435/01: a) pelo ICS: Srs. Lázaro Severo Rocha; Manoel Pereira de Lucena; Dirlene Fiel dos Santos Souza; José Vital de Araújo Fagundes; Benjamin Segismundo de Jesus Roriz; Edimar Pireneus Cardoso e João Ignácio Perius; b) pela Codeplan: Srs. Durval Barbosa Rodrigues; Ricardo Lima Espíndola; Danton Eifler Nogueira; Cristiano Machado Roriz; Mariana Trindade Altoé; Eloá Alves da Conceição Carneiro; Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel; Gerson Fernando dos Santos Pinto; Vagner Gonçalves Benk de Jesus; Paulo César de Araújo Gonçalves; João Medeiros de Sousa; José Mariano; Gleno Rossi; Carlos José de Oliveira Michilles e Carlos Eduardo Bastos Nono; IV. autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão aos envolvidos; b) o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências cabíveis.

DECISÃO Nº 1431/2012

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) da Informação nº 54/2011-FT (fls. 833/860); b) do Parecer nº 288/2012-DA (fls. 876/885); II. considerar, no mérito: a)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

e-DOC 3C86CC0B

Proc 7831/2007

Fl.: 1260

Proc.: 7.831/07

Rubrica

procedente o recurso apresentado pela Senhora Eunice Ferreira dos Santos Miotto, excluindo a recorrente das penalidades contidas na Decisão nº 6.328/10 e no Acórdão nº 242/10, aproveitando os argumentos para excluir do rol de apenados o Sr. Emílio Carlos Vitali; b) improcedentes os Recursos de Reconsideração apresentados pelos Srs. Benjamim Segismundo de Jesus Roriz, Gleno Rossi, Mariana Trindade Altoé, João Ignácio Perius, José Mariano, Paulo César de Araújo Gonçalves e José Vital de Araújo Fagundes, mantendo inalteradas as penalidades previstas na Decisão nº 6.328/10 e no Acórdão nº 242/10; c) improcedentes os questionamentos produzidos pelo Senhor Vagner Gonçalves Benck de Jesus, vistos às fls. 554/558; III. com fulcro no art. 26 da Lei Complementar nº 1/94, determinar a notificação dos responsáveis indicados a seguir para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem o débito solidário, no valor de R\$ 21.321.332,51 (vinte e um milhões, trezentos e vinte e um mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e um centavos), atinente ao Contrato de Gestão nº 10/04, que deverá ser atualizado por ocasião do recolhimento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01, acrescido das multas consignadas no Acórdão nº 242/10: a) pelo ICS: Srs. Ronan Batista de Souza; Lázaro Severo Rocha; Manoel Pereira de Lucena; Dirlene Fiel dos Santos Souza; José Vital de Araújo Fagundes, Benjamim Segismundo de Jesus Roriz, Edimar Pireneus Cardoso, João Ignácio Perius, Roger Campos dos Santos e Antonio Veloso Dourado de Azevedo; b) pela Codeplan: Srs. Durval Barbosa Rodrigues; Ricardo Lima Espíndola e Danton Eifler Nogueira; Carlos José de Oliveira Michilles, Carlos Eduardo Bastos Nonô, Cristiano Machado Roriz, Adilson de Queiroz Campos, Mariana Trindade Altoé, Eloá Alves da Conceição Carneiro, Bárbara Aparecida Nogueira Pimentel, Gerson Fernando dos Santos Pinto, Vagner Gonçalves Benck de Jesus, Paulo César de Araújo Gonçalves, João Medeiros de Sousa e José Mariano e Gleno Rossi; IV. autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão aos envolvidos; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências cabíveis.

(grifo nosso)

No Mérito

12. Quanto ao mérito, a recorrente reforçou os argumentos apresentados em suas preliminares, alegando que não teve responsabilidades na gestão do Contrato em questão (fls. 1169/1171).

Análise

13. Conforme explanado nos §§ 9/11 retro, consideramos pertinentes os argumentos apresentados, devendo a Corte considerar procedente o recurso interposto.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

Fl.: 1261

Proc.: 7.831/07

Rubrica

DAS CONCLUSÕES

14. Diante das análises realizadas, deve a Corte considerar procedente o recurso apresentado pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 1159/1172 e anexos de fls. 1173/1210), tendo por base os precedentes dos Processos nºs 7.459/2007, 7.467/2007 e 39.510/2006 (respectivamente Decisões nºs 303/2012, 1431/2012 e 5.359/2011), afastando a responsabilidade da recorrente nas irregularidades apontadas no Contrato de Gestão nº 22/2004, excluindo-a das penalidades contidas na Decisão nº 7955/2009 (fl. 485) e no Acórdão nº 251/2009 (fl. 486), aproveitando os argumentos ao Sr. Emílio Carlos Vitali, Diretor de Administração do extinto ICS, pelos mesmos motivos.

15. Verificamos, ainda, que nos Processos nºs 28.011/2006 (Decisão nº 4959/2014), 18.932/2007 (Decisão nº 4898/2014) e 16.331/2006 (Decisão nº 2161/2015), a Corte decidiu pelo afastamento dos membros do Conselho de Administração do extinto ICS quanto a responsabilidades por possíveis prejuízos decorrentes da ausência de prestação de contas pelos contratos de gestão outrora pactuados pelo DF com a Entidade.

16. Nesse sentido, entende-se que o Plenário possa deliberar sobre a aplicabilidade da medida também nos presentes autos, de forma a excluir o nome dos interessados, membros do Conselho de Administração, indicados à fl. 11, da relação de responsáveis.

DAS SUGESTÕES

17. Diante do exposto, sugere-se ao eg. Plenário que:

I. considere o recurso de reconsideração interposto pela Sra. Eunice Ferreira dos Santos Miotto (fls. 1159/1172 e anexos de fls. 1173/1210), no mérito, procedente, excluindo a recorrente do rol de responsáveis e, conseqüentemente, das penalidades contidas na Decisão nº 7955/2009 e no Acórdão nº 251/2009, aproveitando os argumentos para excluir do rol de responsáveis o Sr. Emílio Carlos Vitali;

II. delibere quanto à possibilidade de aplicação dos precedentes das Decisões nºs 4.959/2014, 4.898/2014 e 2.161/2015 ao caso vertente, declarando a ilegitimidade dos membros do Conselho de Administração do extinto ICS, Srs. José Vital de Araújo Fagundes, Benjamin Segismundo de Jesus Roriz, Edimar Pireneus Cardoso, João Ignácio Perius e Adilson Waldemar Raposo Júnior, para figurarem como responsáveis nestes autos;

III. dê ciência aos responsáveis nominados nos itens I e II da decisão a ser proferida;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

e-DOC 3C86CC0B

Proc 7831/2007

Fl.: 1262

Proc.: 7.831/07

Rubrica

IV. encaminhe cópia da deliberação exarada ao MPJTCDF, nos termos do art. 29 da LC nº 1/1994, para as providências cabíveis;

V. autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.

À consideração superior.

DIGITALIZADO